

Escrevivências de uma professora negra: saberes ancestrais no município de João Neiva¹

Escrevivências of a black teacher: ancestral knowledge in the municipality of João Neiva

Escrevivencias de una maestra negra: saberes ancestrales en el municipio de João Neiva

Magna Mota²

Andreia Teixeira Ramos³

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v29i67.1934>

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar as *escrevivências* de uma mulher negra, professora aposentada, com base nos saberes ancestrais, especialmente acerca do Congo, que é uma expressão cultural secular do Estado do Espírito Santo (ES). Para alcançar o objetivo proposto, foi usada a metodologia da pesquisa documental e bibliográfica e a pesquisa narrativa, a partir das conversas realizadas com moradoras antigas do município de João Neiva, ES. Nesse sentido, foi possível conhecer as histórias da população negra que habita o município e que está invisibilizada nos livros oficiais. Com as narrativas produzidas, fortalecemos o sentimento de pertencimento, de saber de onde viemos e o reconhecimento de uma sabedoria ancestral que tem nos movido até aqui. Desse modo, reescrevemos as nossas histórias e valorizamos as memórias do povo negro. Assim, reafirmamos a importância de cumprir as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 com a realização de uma educação antirracista, com foco no tema da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena nos cotidianos escolares.

Palavras-chave: *escrevivência*; saberes ancestrais; pesquisa narrativa.

Abstract: The aim of this article is to present the *escrevivências* of a retired black woman teacher based on ancestral knowledge, especially about the Congo, which is a secular cultural expression of the State of Espírito Santo (ES). To achieve the proposed aim, the methodology of documentary and bibliographic research was used, and the narrative research based on conversations with old

¹ Este texto tem como base o Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade artigo científico, que foi apresentado ao Curso de Especialização em Educação e Direitos Humanos (Modalidade Educação à Distância) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação e Direitos Humanos, com orientação da Profa. Dra. Andreia Teixeira Ramos.

² Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU), João Neiva, Espírito Santo, Brasil.

³ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil.

residents of the municipality of João Neiva, ES. In this sense, it was possible to know the stories of the black population that inhabits the municipality and that is invisible in the official books. With the narratives produced, we strengthen the sense of belonging, of knowing where we come from, and the recognition of an ancestral wisdom that has moved us here. In this way, we rewrite our histories and value the memories of black people. Thus, we reaffirm the importance of complying with the Laws 10.639/2003 and 11.645/2008, with the application of an anti-racist education focused on the theme of Afro-Brazilian and African and Indigenous History and Culture in school daily life.

Keywords: *escrevivência*; ancestral knowledge; narrative research.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar las *escrevivências* de una maestra negra jubilada, a partir de conocimientos ancestrales, especialmente sobre el Congo, que es una expresión cultural secular del Estado de Espírito Santo (ES). Para alcanzar el objetivo propuesto, se utilizó la metodología de investigación documental y bibliográfica, y la investigación narrativa basada en conversaciones con antiguos pobladores del municipio de João Neiva, ES. En este sentido, se pudieron conocer las historias de la población negra que habita el municipio y que se encuentra invisibilizada en los libros oficiales. Con las narrativas producidas, fortalecemos el sentido de pertenencia, de saber de dónde venimos y el reconocimiento de una sabiduría ancestral que nos ha movido hasta aquí. De esta manera, reescribimos nuestras historias y valoramos la memoria de las personas negras. Por lo tanto, reafirmamos la importancia de cumplir con las Leyes 10.639/2003 y 11.645/2008 con la realización de una educación antirracista centrada en el tema de la Historia y la Cultura Afrobrasileña y Africana e Indígena en la vida cotidiana escolar.

Palabras clave: *escrevivência*; conocimientos ancestrales; investigación narrativa.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

*Vamos bater congo, congo é tradição
Você que bateu congo no tempo de João Feu
Quer reviver memória somente no museu.
(Celso Feu Corrêa)*

Imagem 1 - Estandarte de São Benedito da Dona Zulmira, Rainha do Congo, do Morro do Cruzeiro



Fonte: Rosalina Oliveira. Estandarte de São Benedito.

Ao analisar o contexto histórico do município de João Neiva, que fica localizado no Estado do Espírito Santo, identificamos que, apesar de a presença da cultura negra ser marcante nesta região, essa não se encontra registrada

oficialmente. A partir do movimento cultural do Congo, que tem uma presença acentuada em todo o município, especificamente nos bairros Cruzeiro e Triângulo, é imprescindível questionar como foi construída e preservada a memória do povo negro neste município, uma vez que, na busca por dados oficiais, foi observado um apagamento sem encontrar registro oficial.

Quem foram e são, até hoje, as mulheres e os homens que criaram o movimento do Congo e foram invisibilizados na história oficial? Quem eram essas pessoas que assumiram o protagonismo e mudaram a paisagem cultural da cidade, mesmo sem o devido reconhecimento histórico? É essa história que vamos buscar conhecer através das narrativas de quem a viveu, usando como entrelaçamento a história do Congo, uma expressão cultural singular do Estado do Espírito Santo (Ramos, 2018).

Nesse contexto, a pedagoga intelectual negra Nilma Lino Gomes destaca que “[...] o Brasil construiu, historicamente, um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade” (Gomes, 2017, p. 51). Sua principal e mais artilosa característica é a invisibilidade, a qual mitifica a democracia racial, que, juntamente de um pseudodiscurso democrático, apresenta uma falsa igualdade baseada no apagamento e na homogeneização das diferenças.

Assim, a abolição da escravatura não significou um momento de libertação do povo negro; as leis que procederam a libertação dos/as escravizados/as criminalizavam o povo recém-liberto e suas expressões culturais. Em que pese o decurso do tempo, a modernização do mundo e a luta pela igualdade social e racial, o povo negro viu sua cultura ser desprezada, desdenhada e menosprezada.

O sentido da liberdade era poder ter a posse da terra em que trabalhavam, manter os vínculos familiares, de amizades, culturais; entretanto nada disso foi proporcionado e o temos no período pós-abolição. No intuito de se livrar do estigma da dependência, a população negra passou a migrar para longe dos territórios onde antes haviam sido escravizados.

Assim, atrevo-me a dizer, seguindo o saudoso Petrônio Domingues (2007, p. 3), que “[...] é de movimento político de mobilização racial (negra) que será tratado aqui, mesmo que este movimento assuma em muitos momentos uma face fundamentalmente cultural”. Desse modo, a luta do povo negro joão-neivense por espaços de valorização, seja de sua cultura, seja de humanização, pode ser

considerada o primeiro movimento negro do município. E esses fizeram a sua história, ainda que em meio a lutas e opressões.

O presente artigo teve a intenção de conhecer os saberes e a cultura ancestral do Congo no município de João Neiva, principalmente nos Bairros Triângulo e Cruzeiro, analisando o seu desenvolvimento ao longo do tempo e o apagamento desta cultura nos documentos oficiais do município. Considerando o objetivo do presente trabalho, usamos como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica (Severino, 2014), realizando uma análise documental, valendo-se de fotos e documentos oficiais. Além disso, fizemos uso da pesquisa narrativa (Souza; Cabral, 2015; Ramos, 2019, 2021a, 2021b) e, como procedimentos metodológicos, usamos diário de campo com inspiração na escrita da intelectual negra Carolina Maria de Jesus (2014), narrativas, conversas, imagens, fotografias e entrevistas conversadas realizadas com as moradoras dos bairros e dos integrantes remanescentes que participam dos grupos de Congo nos bairros. As entrevistas foram gravadas e transcritas com autorização dos sujeitos da pesquisa e colaboradoras.

Penso na criança que fui⁴ (referindo-se à primeira autora deste artigo) e em tantas crianças que hoje buscam uma referência identitária e como professora que sou, reconhecendo a importância do letramento racial⁵ para que essas mesmas crianças tenham em si o sentimento de pertencimento e que isso possa contribuir de fato para que seja cumprida a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, previstas nas |Leis 10.639 (Brasil, 2003) e 11.645 (Brasil, 2008), que alteraram a Lei n. 9.394 (Brasil, 1996) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Importante dizer que a primeira autora do texto nasceu e foi criada no município de João Neiva e atualmente é professora alfabetizadora aposentada, atuando na rede estadual por 32 anos, nos municípios de João Neiva, Colatina e Ibirapu. Retornou à localidade para conhecer sua própria história e aposta nos modos éticos, estéticos, políticos e poéticos dos currículos (Baroni; Conceição, 2023),

⁴ Importante destacar que, nos momentos no texto em que a escrita é apresentada na primeira pessoa, é a autora Magna Mota se posicionando na situação exposta.

⁵ O conceito foi utilizado pela primeira vez pela socióloga afro-americana France Winddance Twine, em 2003. No Brasil, o *racial literacy* foi traduzido para o português pela psicóloga Lia Vainer Schucman.

processos formativos e práticas de ensino antirracistas com outras perspectivas de criações curriculares nas redes educativas (Ramos; Gonzalez; Jesus, 2023).

Ao buscar os fatos históricos que narram as lutas da minha ancestralidade, que construiu sua história em um município que tem em sua bandeira as cores da bandeira italiana, tem orgulho das suas tradições da emigração europeia e dissimula a presença negra, recorreremos à expressão *escrevivência*, da escritora intelectual negra Conceição Evaristo (2016), assim definida por Andreia Ramos:

Uma escrita marcada pela vida de mulher negra. Uma escrita não para adormecer, mas sim para incomodar, perturbar, causar desconforto. Uma escrita como denúncia, em que nós mulheres negras nos sentimos em casa. Uma *escrevivência* poética que (con) funde com a minha. Vida pessoal-acadêmica entrelaçada com a literatura da arte de traçar a *escrevivência* (Ramos, 2022, p. 166).

Utilizamos o dicionário de pesquisa narrativa com o verbete *escrevivência* (Ramos, 2022) como meio de contar a nossa história através das narrativas daquelas que vieram antes de nós como resgate e valorização da nossa ancestralidade. Sinto a urgente necessidade de reescrever a nossa história pela voz das nossas. Uma escrita autobiográfica que é uma *escrevivência* singular e também coletiva, desse modo, podemos tentar praticar uma educação antirracista com foco nos currículos afrocentrados (Rodrigues; Baroni; Honorato, 2023) nos cotidianos escolares.

O artigo está organizado da seguinte forma: o texto se inicia com as primeiras palavras como introdução; em seguida, apresentamos uma breve aproximação com a temática; prosseguimos apresentando de modo conciso a *escrevivência* da autora com uma narrativa autobiográfica de uma professora negra, desde a sua infância. Prosseguimos com as narrativas da dona Zulmira, da dona Conceição, da Marciela José e da Ana Carolina. Encerramos o artigo com as conclusões.

2 APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA

Homenagem a São Benedito

O congo vai subir a ladeira, ladeira do Cruzeiro

O congo vai subir a ladeira, ladeira do Cruzeiro

O congo vai subir a ladeira,

Vai prestar homenagem ao nosso padroeiro

(Domínio da Banda de Congo São Benedito-Morro do Cruzeiro – João Neiva)

A cidade de João Neiva está localizada ao norte do Espírito Santo e, conforme o Censo realizado em 2022, possui uma população de 14.019 (quartoze mil e dezenove) pessoas. O primeiro povoado da cidade surgiu logo após a Proclamação da República, no ano de 1891, no período pós-abolição. É importante nos ater ao fato de que a cidade teve seu desenvolvimento iniciado basicamente na primeira república e, nesse período, com a revolução industrial e o desenvolvimento das cidades, estava em pauta o higienismo sanitarista (1890-1930) e, conseqüentemente, a segregação de territórios entre a elite e as classes menos favorecidas.

A chegada da ferrovia contribuiu para diversificar a formação populacional do município, pois diversos trabalhadores de outras regiões e até mesmo os que seguiam a construção da linha férrea chegaram à cidade para trabalhar, assentando os dormentes para os trilhos e nas lavouras, acabaram por fixar moradia por aqui. A migração destes trabalhadores em busca de novas oportunidades de trabalho gerou a criação de diversos espaço de moradias, principalmente no entorno da estação ferroviária e da oficina de vagões da Companhia Vale do Rio Doce (Vieira, 2016).

Convém lembrar que a República, sistema político recém-instituído no Brasil, não assegurou ganhos materiais ou simbólicos para a população negra marginalizada politicamente em relação ao sufrágio e outras participações políticas; socialmente, em virtude das doutrinas do racismo científico e da “teoria do embranquecimento”; e economicamente, pois os empregadores tinham preferência pelos imigrantes europeus (Andrews *apud* Domingues, 2007).

Assim, grande parte dos trabalhadores negros que vieram ao município de João Neiva em busca das oportunidades oferecidas pela Companhia Vale do Rio Doce carregavam em si a esperança da liberdade para engendrar uma vida nova; eis que, para os negros, o fim da escravidão somente marcou o início de novas lutas, pois agora deveriam lutar pelo reconhecimento de sua liberdade, trabalhos e salários justos, comida, saúde, educação e moradia, ou seja, lutar pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos livres (Maciel, 2016).

Como nos ensina bell hooks (2019, p. 288), “[...] estar à margem significa pertencer ao todo, mas estar fora do corpo principal”; desta forma, o negro capixaba veio para João Neiva e subiu o morro em busca de melhores condições de

vida, reunindo-se e refugiando-se com seus semelhantes, isto é, “aquilombando-se” para preservar sua cultura e construir sua identidade, já que, com o fim do regime escravocrata, o quilombo foi ressignificado, passando a ser um instrumento ideológico contra as formas de opressão, passando de instituição clandestina a símbolo de resistência.

A pesquisadora Nivea Muniz Vieira (2016, p. 92) destaca que, apesar de o desenvolvimento industrial e o fluxo migratório de outras regiões, propulsados pela linha de ferro e oficina de locomotivas, terem tornado a cultura local diversificada, “[...] a Congada é uma das manifestações [...] que mais se destaca, sendo festejada em diversas localidades do município, principalmente no Morro do Cruzeiro”.

A congada, o congo e as bandas de congo são uma herança cultural de matriz africana e afro-capixaba. Uma das primeiras apresentações que se tem registro foi em 1854, em uma festa em Queimado, região do município da Serra, durante a celebração de uma missa (Maciel, 2016, p. 150).

Presentes em todo o Estado e em grande número de regiões da Grande Vitória e municípios do Norte, as Bandas de Congos são grupos que utilizam instrumentos sonoros muito simples, feitos de madeira oca, barris, taquaras, pele de cabra ou de boi, latas ou outros materiais. [...]. Ao som desses instrumentos, as vozes, finas e grossas, claras ou fanhosas, de homem e de mulher cantam antigas ou novas músicas, nas quais são feitas referências a fatos do passado, como a escravidão, a guerra do Paraguai, os santos da devoção popular, os Orixá [...] (Maciel, 2016, p. 151).

O ensino da “cultura e história afro-brasileira” é conteúdo obrigatório na Rede de Ensino desde 2003, com a promulgação da Lei 10.639 (Brasil, 2003) e, posteriormente, da Lei n. 11.645 (Brasil, 2008), devendo o conteúdo programático incluir o estudo da cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil (Brasil, 2003, 2008). Ainda na seara de legislações que vieram para fortalecer e valorizar a cultura negra, no ano de 2015, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo declarou as Bandas de Congo patrimônio imaterial do Espírito Santo (Espírito Santo, 2015).

Por sua vez, a Constituição Federal (Brasil, 1988) dispõe que é dever do Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, devendo apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais. Para tanto, foi promulgada a Lei 12.288 (Brasil, 2010),

também conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, que dispõe em seu art. 2º que tanto o Estado quanto a sociedade devem trabalhar para garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais (Brasil, 2010).

Expressões culturais são elementos fundamentais para a preservação da identidade de um povo, assim, a importância do resgate cultural da cultura negra torna-se imprescindível e vital, quando nos recordamos que a proibição da participação do povo negro em eventos sociais e culturais, durante o período da escravidão no Brasil, era vista como uma forma de punição.

Além de castigos e prisões, aos escravos eram proibidos os divertimentos e o uso de adornos. Havia ainda uma série de restrições discriminadoras quanto à participação deles nas atividades do cotidiano social. Um caso que ficou muito conhecido em Vitória foi o de um escravo que, mesmo sendo sacristão de uma igreja, foi impedido pela Irmandade do Santíssimo Sacramento de sair numa procissão, apesar dos protestos da Irmandade de São Benedito (Maciel, 2016, p. 85).

Depreende-se que, ainda que de forma pontual e tardia, as legislações brasileiras e estaduais buscam contribuir e encorajar a reconstrução da identidade cultural do negro brasileiro, que inúmeras vezes teve sua história apagada da literatura oficial.

3 PARA APAZIGUAR A DOR DA CRIANÇA QUE AINDA EXISTE DENTRO DE MIM, PARA SOLTAR O CHORO TANTAS VEZES ENGOLIDO...

*É empírico, meio onírico, meio Kiriku, meu espírito
Quer que eu tire de tu a dor
(Principia – Emicida, 2019)*

“Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender o que estava acontecendo ao meu redor e dentro de mim” (hooks, 2019, p. 83). Ser uma criança negra, vivendo no Brasil em pleno anos 1970, durante a ditadura militar e apenas 80 anos após a abolição da escravidão, me fez questionar e enxergar o mundo diferente de meus colegas.

Durante minha infância, meu pai trabalhava na Vale do Rio Doce e eu pude frequentar uma escola para filhos/as de ferroviários, com 4 (quatro) colegas negros, que, à época, eram chamados de “pardos”. Vivi e presenciei diversos casos de racismo que contavam com a participação de professores/as e estudantes, porém, o que me incomodava no âmbito era estudar a história do município em que nasci e vivi e me questionar por que o meu povo estava aqui. Eis que, segundo os/as professores/as, o município foi criado e povoado por descendentes de italianos, enquanto eu e meus quatro colegas éramos descendentes de “escravizados/as”.

Durante as aulas de história e formação do povo brasileiro, era comum ver diversas cabeças virando em nossa direção quando a palavra “escravo” era mencionada, e junto sempre vinha o desprezo por nós e por nossa história. Sempre busquei entender porque a escola, onde todos deveriam aprender sobre o mundo e sobre si, limitava a história negra à escravidão, como se nosso único objetivo fosse servir, enquanto em casa, com minha família, aprendi que meu lugar era onde eu desejasse estar, que não deveria medir esforços para chegar onde quisesse, que não vim ao mundo para servir e que meu povo era muito mais do que haviam me dito.

Em casa e no bairro onde cresci, sempre estive rodeada de negros grandes e poderosos, que sabiam seu lugar e que lutavam para mostrar a todos quanto eram imponentes e ricos em cultura e conhecimento. Um grande exemplo disto era a “Festa de São Benedito”, que acontecia no Morro do Cruzeiro, próximo ao centro da cidade, onde bandas de Congo de todo o Estado vinham para se juntar à festa e se apresentar, enriquecendo ainda mais o local. Atualmente, no entanto, a grandiosidade passou, a festa permanece devido ao esforço dos poucos integrantes do Congo do município, que lutam para manter sua cultura viva. Importante destacar que, no nosso Estado do Espírito Santo, existem aproximadamente 70 bandas de Congo espalhadas pelas diferentes localidades.

4 RAINHA SÓ TEM UMA, AS OUTRAS SÃO MADRINHAS!

São Benedito

São Benedito é santo, eu também sou rezador

São Benedito é santo, eu também sou rezador.

Abre a porta do céu, quero ver Nosso Senhor

(Domínio da Banda de Congo São Benedito – Morro do Cruzeiro – João Neiva)

Dona Zulmira é a rainha do Congo e uma das mais antigas integrantes da banda de congo de São Benedito, do Morro do Cruzeiro. Hoje, com 91 anos, Zulmira é cuidada por sua filha, Rosalina, e me recebeu na sua residência em uma tarde ensolarada de quinta-feira, com um abraço caloroso e palavras de carinho. A residência da rainha é uma das memórias de minha infância e adolescência e dos familiares de Zulmira, cujas fotografias enfeitam as paredes, e aos santos de devoção: São Benedito e Nossa Senhora Aparecida, que descansam em um altar.

Ao contar sua história, que se confunde com a história do grupo de Congo do Morro do Cruzeiro, Zulmira demonstra lucidez e animação. Ela se recorda que o grupo de Congo começou no bairro Triângulo e se mudou para o Morro do Cruzeiro quando seu João Feu deixou de ser o comandante do grupo. Conta, ainda, que no entorno dos Bairros Cruzeiro e Triângulo havia muitas matas e poucas casas, e que, destas matas, era retirada a madeira para o mastro.

Cheguei aqui vinda de Piabas pelos idos de 1950 e tinha só um filho, os outros já nasceram aqui. Aqui para cima do Morro tinha uma mata de onde tirava a madeira para fazer o mastro para a festa de São Benedito, olhando aqui de cima, na verdade, era tudo mato, a gente só via uma luzinha bem lá longe. Seu João Feu, que era quem tomava conta da Banda, já estava velho e cansado e passou a obrigação para seu Manoel do Congo, Mario Mota e seu Clovis Correa. Rosa era a rainha do Congo, eu fui rainha só depois que ela faleceu. Tinha também o Zé Cacheado, dona Elisa, que era benzedeira, e dona Benedita, que faleceu com 107 anos (Zulmira, Oliveira, 2023).

Naquela época e até a atualidade, o grupo de Congo do município organiza duas festas principais, a fincada e arrancada do mastro e, antes da fincada, todos saíam em cortejo para procurar o mastro que era escondido. Esse evento ocorria entre o Natal e o Ano-Novo. Anteriormente, as festas contavam com diversas bandas de Congo que vinham de outros municípios para prestigiar os eventos. Outro símbolo importante da comunidade do Congo é a pintura de São Benedito, que fica sob os cuidados da madrinha do Congo, a qual, na época em que dona Zulmira era rainha, era um papel desempenhado por dona Delza, esposa de Clovis Correa.

Não tinha a igreja ainda, a Igreja de São Benedito, chamada por todos desta forma carinhosa. Era um curral onde ficavam os animais e a gente se reunia para rezar. Depois a Companhia Vale do Rio Doce doou as madeiras e construíram a igreja em regime de mutirão onde realizavam as novenas e as festas em louvor ao padroeiro (Zulmira, Oliveira, 2023).

Dona Zulmira se recorda, ainda, que a comunidade contou com ajuda da Companhia Vale do Rio Doce para construir a “Igreja de São Benedito”, padroeiro do congo, que antigamente era um simples curral, o que demonstra a importância da comunidade para o município, eis que a maior empresa da região estava disposta a auxiliar e investir na comunidade e em seu desenvolvimento.

5 O TAMBOR TOCAVA E A GENTE VESTIA QUALQUER ROUPA E ENFRENTAVA

*São Benedito seu Rosário cheira
Cheira a cravo e rosa e flor de Laranjeira
No tempo do cativo ele era cozinheiro
Agora ele é Santo, Santo verdadeiro!*
(Irmandade de São Benedito – Vargem Alta)

O encontro com dona Conceição foi intermediado por sua neta Cintya Cirilo, vereadora do município de João Neiva, e ocorreu numa sexta à tarde, na varanda de sua residência. A varanda, cercada por flores e plantas, foi invadida por um cheiro maravilhoso de feijão cozido e eu me apresentei à dona Conceição, que não se recordou de mim, mas se recordou da minha mãe e do meu pai e me contou como chegou ao município, vinda de Vargem Alta, e do início de sua relação com o Congo.

Eu sou Maria da Conceição Duarte, 84 anos, nasci em Vargem Alta, município de Cachoeiro de Itapemirim. Vim de para cá ainda criança, rodei muito... Passei por Fundão, Timbuí, Rio Lampê. E de Rio Lampê viemos parar aqui. Meu Tio Osório tinha uma banda de Congo e a gente participava desde criança e crescemos nesta empolgação de participar de banda de Congo. Mas não tinha a arrumação que é hoje. O tambor tocava e a gente vestia qualquer roupa e enfrentava (Conceição, Duarte, 2023).

A família de dona Conceição, enquanto ainda residia em Vargem Alta, fazia parte da Irmandade de São Benedito, que participava das procissões católicas juntamente da Banda de Congo. Convém lembrar que o município de Cachoeiro de Itapemirim, situado a 30 km de Vargem Alta, foi um dos três grandes centros escravocratas do Espírito Santo, devido às grandes plantações de cana-de-açúcar e usinas de açúcar, sendo, conseqüentemente, uma região com forte presença cultural negra (Maciel, 2016. p. 75).

Quando cheguei em João Neiva tinha Rosa e seu Cipriano e a Banda de Congo deles, e a gente começou a frequentar essa Banda de Congo. E passei pelos períodos de seu Manuel do Congo, seu Candido, Neusa, Zé Carlos que chamavam Pé Sujo, Clemar. Algumas dessas pessoas já faleceram e eu continuei com a Banda de Congo com Clemar, tenho intenção de sair só quando Deus me tirar. O período de Neusa foi muito bom e ela faz muita falta. Hoje o movimento está bem fraquinho, uns morreram, outros trocaram de religião e não estão frequentando mais, mas eu estou aqui firme e forte (Conceição, Duarte, 2016).

Neste momento, Almerinda da Conceição, uma sobrinha de Dona Conceição, entra na conversa e lembra de Benedita Mendonça, uma das primeiras moradoras do Morro do Cruzeiro e uma figura muito importante para a memória do município. Me recordo que, durante minha adolescência, Dona Benedita era uma figura frequente nas gincanas escolares, pois era uma das moradoras centenárias do município, sendo sua longevidade tema de uma reportagem da revista Manchete. No entanto, Dona Benedita chegou ao Município de João Neiva, vinda de um quilombo de Minas Gerais, pois tentava fugir da localidade responsável por escravizar os seus.

Almerinda se recorda de diversas pessoas importantes para o município, que participaram de sua construção e fundação, e deveriam ser homenageados, são esquecidos. Neste momento, dona Conceição assumiu a conversa e eu tive o prazer de assistir às duas senhoras recordando de suas vivências e ver a história do município por outros olhos.

Ato contínuo, dona Conceição tratou da mudança dos/as moradores/as do Morro do Cruzeiro para o bairro Crubixá: *“Olha eu não achei vantagem essa mudança porque ficou dividido, as pessoas que participavam dividiram. Eles deviam dar as casinhas do Crubixá para quem não tinha casa e consertar as casas de quem já tinha e colocar esgoto e água ali”* (Duarte, 2023). E dona Almerinda voltou à narrativa, contando como chegou ao município de João Neiva:

Eu morava em terra fria, entre São Benedito e Rio Lampê, e vim para cá em 1966, já trabalhava porque naquela época criança tinha que trabalhar, mas eu não sou triste com isso porque se as crianças trabalhassem hoje muita coisa podia ser evitado. [...] E depois nós viemos parar aqui no Bairro Monte Líbano, tinha um barraquinho aqui do meu avô, minha mãe veio também e fomos levando [...]. Olha eles falam que os colonos italianos foram os primeiros a chegar aqui, mas a gente já estava por aqui. Nós viemos tudo

de Santa Maria, perto de São Benedito, entre São Benedito e Rio Lampê (Conceição, 2023).

Neste momento, notei a dúvida da criança que não entendia como seu povo havia chegado ao município sendo sanada, pois se nota que o povo negro estava no município de João Neiva há muito tempo, não foram os italianos que povoaram e construíram a cidade; para eles, restaram os louros, as pompas, os hinos e os livros de história, enquanto para os negros restou o esquecimento, mas também resistência.

Cleber Maciel (2016) corrobora com a narrativa de dona Almerinda, ao evidenciar que diversas regiões do estado, como Viana, Araçatiba, Mamoeiro, Timbuí, Conde D'Eu, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim, no final do século XIX, eram territórios com influência quilombola. Além disso, a Comunidade Quilombola de São Pedro, situada na região serrana do Espírito Santo, cuja grande parte do seu território estava localizada no município de Ibirapu, antigamente nomeado Conde D'Eu, passou a ser povoada no final do século XIX, por famílias negras que vinham em busca de terras para moradia e trabalho. A ocupação da região pela comunidade negra era reconhecida pelos italianos que viviam na proximidade, pois chamavam a região de Ibirapu, que vai desde Rio Lampê até a localidade de Piabas, de “terra de preto”, comprovando a anterioridade da ocupação pelos negros (Campos, 2016).

É válido destacar que, na mesma época, os italianos chegavam à região, influenciados e incentivados pelas políticas públicas de embranquecimento⁶, ocasionando conflitos constantes pela posse das terras e causando a fragmentação do território, pois os italianos ampliaram suas lavouras de café, espoliando os negros e explorando sua mão de obra nas plantações (Campos, 2016).

A fragmentação do território e a expansão das lavouras dos italianos e da cafeicultura levaram muitas famílias a migrarem para outras regiões, o que ocasionou a criação da comunidade de São Pedro (Campos, 2016). Neste mesmo contexto, de deslocamento em busca de terras e trabalhos, os antigos quilombolas chegaram ao Morro do Cruzeiro, no município de João Neiva.

⁶ Nesse contexto, a consolidação da visão, de cunho racista, de que o progresso do país só se daria com o “branqueamento”, suscitou a adoção de medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais (Theodoro, 2008).

6 NÃO PRECISAMOS RENEGAR AQUILO QUE ACREDITAMOS POR ESTAR

*Essa banda de congo de quem é?
Essa banda de congo de quem é?
Ela é minha, ela é sua
É de quem quiser
(Letra da Rainha Zulmira)*

Nas proximidades do Museu da Vale, do antigo Clube Pedro Nolasco e da Biblioteca Municipal de João Neiva, locais que guardam a história e a cultura do município, localiza-se a Secretaria Municipal de Educação do Município de João Neiva, onde encontrei a atual secretária de Educação, Marciela José, e por duas horas tivemos uma conversa recortada por recordações, emoções e identificações, na qual pudemos constatar que a dor de uma mulher negra é lacerante e entrecorta várias gerações.

Antes de narrar sua história com o Congo, Marciela se apresenta e conta a sua história, fala de sua descendência, de seus anos escolares, de como descobriu o racismo e de sua vivência enquanto mulher negra em um cargo de impacto e relevância no município.

Sou Marciela José, nascida e criada em João Neiva, atualmente estou secretária de educação. [...]. Na nossa infância lá na roça, a gente não identificava com tanta evidência essa questão racial porque entre nós era tudo bem tranquilo. Quando começa a fase da escola a gente começa a observar algumas questões. [...]. Teve um episódio que ficou ali, cravado na minha memória. Era época de festa junina, estávamos ensaiando para a quadrilha, e, como sempre, eu era a última a formar par, em todas as festas de escola, apresentações, danças, eu era a última a ter um par. Até hoje, quando fecho os olhos, eu consigo escutar as vozes dizendo ‘Nossa, você vai dar a mão a ela? Depois você lava a mão’. [...]. Mas enfim, foi aí que eu entendi que tinha alguma coisa errada, eu não entendia o que era, mas tinha alguma coisa errada (José, 2023).

Apesar da vida escolar ter sido difícil, com algumas experiências e vivências ruins, a atual secretária não se abalou, e, quando “se formou professora”, decidiu que atuaria na escola onde havia estudado.

Me formei professora, fiz o Normal e determinei que a minha escola seria a escola que estudei. Retornei a essa escola como professora, rodei todas as nossas escolas, mas retornei ali como professora. Com muitas dificuldades,

fiz a minha faculdade e foi ali que entendi algumas questões, que as coisas não eram uma brincadeira, que o gesto de lavar as mãos estava associado com a minha cor e não que a minha mão estava suja e vão te voltando algumas lembranças e de algumas eu ousei fazer algumas poesias e alguns rabiscos que eu guardo comigo (José, 2023).

A escolha de atuar na escola onde estudou é relacionada à paixão de Marciela pelo município de João Neiva; apesar de a cidade ter um contexto social muito difícil, a secretária diz amar o município, suas belezas e sua cultura, formada por uma grande mistura de povos e raças, embora a população tenha uma grande tendência de evidenciar apenas a colonização italiana. Além disso, Marciela alega que chegou a um ponto em que reconhece que não precisa trabalhar para ser aceita, mas que precisa se reconhecer e fazer com que seja reconhecida e respeitada, para que as crianças e os adolescentes que conviveram e convivem com o racismo, tendo passado por episódios como o dela, consigam se reconhecer e se identificar com este contexto social.

E um ponto que eu queria destacar que precisamos, nós pertencentes a esse grupo de pessoas deste grupo étnico-racial, precisamos nos dedicar aos estudos e aqueles que têm formação, precisam trabalhar na formação das crianças para que elas não fiquem à margem dessa sociedade, elas precisam ser vistas, precisam ser incluídas (José, 2023).

Movida pelo desejo de transformar a vida de crianças e adolescentes pelo estudo, Marciela aceitou, em 2012, o convite para se tornar secretária de educação do município; no entanto, a população não estava pronta para aceitar uma mulher negra em um cargo de prestígio e, por mais que ela tentasse se adequar, sempre apontavam que a filha da merendeira não deveria estar naquele lugar, que sua cor, seus trejeitos, seu cabelo e suas roupas eram inadequados, não condiziam com o local no qual ela estava.

[...] Minha mãe era merendeira, e por muitas vezes eu ouvi “a filha da merendeira, a secretária de educação é a filha da merendeira”, e isso não era falado em forma de elogio, mas de uma forma pejorativa. Eu tive muitas dificuldades neste período que fiquei em frente da secretaria, dois anos e meio, fiquei de 2013 a 2015 e precisei desocupar o lugar por algumas outras questões, que envolvem questões administrativas, partidárias, políticas e de estar num lugar onde as pessoas acham que não é merecido para você. E saí prometendo que não faria isso mais com minha vida (José, 2023).

No entanto, a promessa não se cumpriu e, em 2021, Marciela assumiu novamente a Secretaria de Educação do município, pois tinha o desejo de provar para si mesma que era capaz e de provar para todos que duvidaram dela que a filha da merendeira pode ser secretária de Educação. Por isso, faria melhor do que no passado. Agora, Marciela se apresenta com seu sobrenome simples, que não consta no rol de nomes “poderosos” do município, mostrando que foi seu trabalho árduo que a colocou naquela posição, que possui competência técnica para isto e, portanto, deve ser respeitada.

Além de mulher negra e secretária de Educação, Marciela também é congueira e surpreende todos que a veem no meio do Congo, acompanhando a banda. Marciela narra que sua história com o Congo é antiga, pois seu avô paterno sempre carregava consigo uma casaca, produzia suas cantigas, e ela tentava acompanhar, cantando junto dele.

Ao ver a banda tocando e as pessoas dançando, a chama da paixão pelo Congo ressurgiu, e Marciela passou a participar do grupo de Congo do município, com seu esposo, demonstrando que o Congo é para todos, apesar de alguns acreditarem que não.

O nosso município precisa abraçar essa cultura, porque é maravilhosa. Gosto demais mesmo. Sempre que posso, estou junto para fortalecer o grupo, nas oportunidades que tiver de falar de apresentar, porque é uma forma de reverenciar estes que estiveram antes da gente neste movimento, que abriram este espaço para a gente estar agora (José, 2023).

Através das falas e da história de Marciela, denota-se que a população joão-neivense ainda é classicista e racista e enxerga o Congo ainda como um movimento ou um evento pertencente às classes mais pobres da população, acreditando que uma pessoa importante e influente no cenário municipal, como uma secretária municipal, não deveria estar ali, junto ao povo.

7 UMA MULHER PRETA, MUITO GUERREIRA, FORTE DETERMINADA, TRABALHADORA, UMA MULHER DE MUITA FÉ

O velho da fazenda

[...]

*Como é bom recordar
O nego em dia de festa*

Pagando promessa

Para os orixás.

[...]

(Banda de Congo de São Benedito de João Neiva)

Entre os anos de 2009 e 2010, a banda de Congo mirim do município foi reativada por Neuza dos Santos e pelos/as estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Barão de Monjardim; e, como o Congo é uma tradição passada entre gerações, a rainha do Congo mirim foi Ana Carolina Ribeiro Vieira, bisneta de dona Zulmira, a rainha do Congo.

Ana Carolina, que sempre participou de apresentações culturais na escola, conta que sua tia do coração, Neusa dos Santos, resolveu reativar a banda de Congo.

Eu cresci dentro do Congo. Na época que minha tia resolveu reativar o Congo mirim, ela foi na escola e conversou com a diretora, Nazaré Mazzega, e eu logo fiquei toda animada porque sou apaixonada pelo Congo. Como sou a primeira bisneta da rainha do Congo, D. Zulmira, tia Neusa me colocou como primeira rainha da Banda Mirim e meu primo Zé Roberto foi o Capitão. [...]. Quando aceitei participar como rainha, eu pedi a roupa de Rainha para minha bisá e ela prontamente me emprestou. [...] Até hoje eu fico emocionada ao lembrar dessa apresentação, quando eu subi no palco e vi minha família e até a minha bisá. Eu sempre recordo da gente pequeno na banda Mirim (Vieira, 2023).

Neusa dos Santos foi uma figura importantíssima para a Banda de Congo do município, sendo citada em todas as narrativas como uma pessoa muito especial, que teve sua vida dedicada à banda, portanto, peço para que Ana Carolina conte um pouco mais sobre ela.

Minha tia era uma mulher preta, muito guerreira, forte, determinada, trabalhadora, uma mulher de muita fé. [...]. Ela é uma das minhas inspirações, eu queria fazer ao menos um terço de tudo o que ela fez em relação à cultura, para valorizar a cultura de João Neiva. Quando se tratava de cultura, ela movia, mundos e fundos. Ela sempre foi uma pessoa amorosa, carinhosa, que dedicou sua vida à cultura, ao Congo. Enfim, ela era uma inspiração não somente para mim, mas para muita gente em João Neiva. Eu lembro também do respeito que ela tinha com as tradições de pedir licença para poder carregar o estandarte da minha bisá e de manter bem claro que o título de primeira rainha sempre será da minha bisá (Vieira, 2023).

As palavras de Ana Carolina são recheadas de orgulho e emoção, sua narrativa demonstra que o Congo segue como uma herança familiar, passado entre gerações, e, assim como sua avó, Ana Carolina é a rainha do Congo de São Benedito.

Imagem 2 - Diversidade cultural representada na atualidade



Fonte: Acervo pessoal da autora. Pannel do Instituto Preservarte em João Neiva.

8 CONCLUSÃO: NÓS SOMOS ÁRVORES E TEMOS RAÍZES, PODEM TENTAR NOS CORTAR, MAS AS NOSSAS RAÍZES ESTARÃO AQUI E SEMPRE BROTARÃO

*Leva eu saudade
Antigamente era muito animado
Quando tinha D. Rosa, Cipriano e Cacheado.
Leva eu saudade
Leva eu pra lá
Leva eu saudade*

*Leva eu pra passear
D. Zulmira, Aurora e Conceição
Todo mundo já sambando
O nosso congo era bom
E Seu Candido, José Carlos e Clemar.
(Letra de José Carlos – Pé Sujo)*

Em que pese a tentativa de apagamento da história do povo negro no município de João Neiva, apesar do enfraquecimento do movimento cultural negro, não obstante as alegações de que “o Congo já viveu seus momentos de glória”, analisando toda a história dos moradores do Morro do Cruzeiro, é impossível não concordar com Rosalina, avó de Carol, que, em um dos primeiros depoimentos que tomei, me disse: “*Nós somos árvores e temos raízes, podem tentar nos cortar, mas as nossas raízes estarão aqui e sempre brotarão*” (Oliveira, 2023).

Ao percorrer os caminhos da pesquisa para sanar as inquietudes da minha criança interior, sou recompensada por saberes e afetos construídos no interior da comunidade. O sentimento de pertencimento, de saber de onde viemos e o reconhecimento de uma sabedoria ancestral que tem nos movido até aqui. Nossos caminhos têm sido de lutas, mas também de vitórias. A escravização do meu povo não foi o início de nossa história, mas um percalço no caminho com graves consequências, porém, a liberdade é um sonho possível.

Meu coração se enche de alegria por poder contar um pouco do muito da nossa história, cada lágrima, cada abraço, traz em si um pouco da memória ancestral, onde me vejo ainda criança na varanda da minha casa ouvindo tambor de Congo, seguindo em busca do mastro de mãos dadas com meu pai e observando o girar das saias das mulheres como Neusa, Pastora, Benedita, Conceição, Brocota, Rosa, entre outras, no cortejo em louvação a São Benedito. Sempre sonhei em contar um pouco desta história, uma *escrevivência*, e reverenciar os meus e a minha comunidade. Minhas raízes são firmadas nesses cantos de tambores que preenchem os meus caminhos e me fazem ouvir nossas memórias ancestrais, ressonância do “eco da vida-liberdade” (2017, p. 24-25), como na poesia “Vozes Mulheres”, de Conceição Evaristo (2017).

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos

de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade
(Evaristo, 2017, p. 24-25).

E, no final do mês de novembro de 2023, enquanto concluía esta narrativa, recebi a notícia de que a comunidade se preparava para uma festividade em louvor a São Benedito, onde foi feita a fincada do mastro... E os nossos sonhos continuam e os nossos tambores ainda ecoam. E assim, com este texto, nosso desejo é fortalecer o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 com práticas de uma educação antirracista, com foco no tema da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena nos cotidianos escolares, numa perspectiva de currículos afrocentrados.

FONTES ORAIS

CONCEIÇÃO, Almerinda. Entrevista oral realizada presencialmente. Entrevistadora: Magna Mota. João Neiva, nov. 2023.

DUARTE, Maria da Conceição. Entrevista oral realizada presencialmente. Entrevistadora: Magna Mota. João Neiva, nov. 2023.

JOSÉ, Marciela. Entrevista oral realizada presencialmente. Entrevistadora: Magna Mota. João Neiva, nov. 2023.

OLIVEIRA, Pastora Barbosa. Entrevista oral realizada presencialmente. Entrevistadora: Magna Mota. João Neiva, set. 2023.

OLIVEIRA, Rosalina. Entrevista oral realizada presencialmente. Entrevistadora: Magna Mota. João Neiva, set. 2023.

VIEIRA, Ana Carolina Ribeiro. Entrevista oral realizada via aplicativo de mensagens “*whatsapp*”. Entrevistadora: Magna Mota. João Neiva, nov. 2023.

REFERÊNCIAS

BARONI, Patrícia Raquel; CONCEIÇÃO, Deise Guilhermina da. Reencantamento do mundo: criações curriculares enquanto novidades utópicas. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 1-8, 2023.

BRASIL. *Lei n. 12. 288*, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. *Lei 11.645*, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. *Lei n. 10.639*, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2003.

BRASIL. *Lei n. 9.394*, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

CAMPOS, Juliana Soares. *Comunidade Quilombola de São Pedro*. Belo Horizonte. Fafich, 2016.

DOMINGUES, Petronio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EMICIDA. Pastor Henrique Vieira, Fabiana Cozza, Pastoras do Rosário. [S. l.: s. n.], 2019. Publicado pelo canal Emicida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kjggvv0xM8Q>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Lei n. 10.363, de 06 de maio de 2015. Declara as Bandas de Congo patrimônio imaterial do Estado. *Diário Oficial do Estado*: Palácio Domingos Martins, 6 maio 2015.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. 2. ed. Organização: Osvaldo Martins de Oliveira. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

RAMOS, Andreia Teixeira; GONZALEZ, Soler; JESUS, Victor de. Criações curriculares com outras ecologias nas redes cotidianas: diálogos amorosos no esperar por uma educação ambiental antirracista. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 1-20, 2023.

RAMOS, Andreia Teixeira. Verbete 'escrevivências'. In: REIS, Graça; OLIVEIRA, Inês Barbosa

de; BARONI, Patricia (Org.). *Dicionário de pesquisa narrativa*. Rio de Janeiro: Ayvu, 2022.

RAMOS, Andreia Teixeira. *Geografia dos afetos - cartas, cartões postais, diário de campo e caderno de uma pesquisadora*. Vitória: Pedregulho, 2021a. 196 p.

RAMOS, Andreia Teixeira. Pesquisa narrativa em diálogo com outras ecologias. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 40., 2021b, Belém. *Anais [...]*. Belém: Universidade Federal do Pará/UFPA, 2021b.

RAMOS, Andreia Teixeira. Narrativas autobiográficas de uma mulher negra identidades sociais de raça e gênero. *Travessias*, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 15-34, 2019.

RAMOS, Andreia Teixeira. *Mulheres no congo do Espírito Santo: práticas de re-existência ecologista com os cotidianos escolares*. 2018. 319f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Uniso, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Allan de Carvalho; BARONI, Patrícia Raquel; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. 20 anos da lei 10.639: conversas curriculares entre saberes, práticas e políticas antirracistas. *Revista Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 7-19, 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUSA, Maria Goreti da Silva Sousa; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. *Horizontes*, Itatiba, v. 33, n. 2, p. 149-58, jul. /dez. 2015.

THEODORO, Mario. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

VIEIRA, Nivea Muniz. A estrada de ferro Vitória a Minas e sua possível valoração como patrimônio. *Revista CPC*, São Paulo, n. 21, p. 71-102, jan./jul. 2016.

Sobre as autoras:

Magna Mota: Especialização em Educação e Direitos Humanos (Modalidade Educação a Distância) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e professora pedagoga aposentada. **E-mail:** magnacolatina@yahoo.com.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0005-8074-6885>

Andreia Teixeira Ramos: Doutora em Educação pela Universidade de Sorocaba (UNISO) e professora da Universidade Federal do

Espírito Santo (UFES). **E-mail:** andreiaramos.sankofa@gmail.com,

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2185-8966>

Recebido em: 15/01/2024

Aprovado em: 26/03/2024

